

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Andréia Anschau

**CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO
DE GÊNERO E O CUIDADO FEMININO**

**Santa Maria, RS, Brasil
2016**

Andréia Anschau

**CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO E O CUIDADO FEMININO**

Projeto de Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Regina Marin

Santa Maria, RS, Brasil
2016

Andréia Anschau

**CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE
GÊNERO E O CUIDADO FEMININO**

Projeto de Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Solange Regina Marin, Dr^a.
(Presidente\Orientadora)

Rita Pauli, Dr^a.

Júlio Eduardo Rohenkohl, Dr.

Santa Maria, RS, Brasil
2016

DEDICATÓRIA

*Pra mãe e pro Ale que tornam, todo dia,
minha utopia um pouco mais possível*

Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.

E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome.
(Liberdade, Carlos Marighella)

Vida sem utopia, não entendo que exista.
(Caetano Veloso)

Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.

RESUMO

CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E O CUIDADO FEMININO

AUTORA: Andréia Anschau

ORIENTADORA: Professora Dr.^a Solange Regina Marin

As ações individuais são fortemente influenciadas por instituições sociais e as identidades que compõem o sujeito. Uma dessas ações é trabalho doméstico, o qual, ao decorrer da história, foi apresentado como responsabilidade feminina. O presente trabalho se propõe a responder a seguinte questão: como se deu a construção e o processo de institucionalização da identidade de gêneros, no qual está inserido o *care* e o trabalho doméstico e quais as relações da economia social como área de estudo com esse processo de criação e institucionalização das identidades de gênero, no qual se insere o *care*? A economia social tem papel fundamental no estudo da construção e do processo de institucionalização das identidades de gêneros, no qual está inserido o *care* e o trabalho doméstico por permitir o estudo conjunto da sociedade e da economia, e por isso é aqui enfatizada. Será visto, também, como se deu o processo de construção das identidades de gênero, tornando o *care* responsabilidade feminina. Em seguida, são expostos dados que mostram que, de fato, o trabalho doméstico é socialmente instituído como tarefa da mulher e como isso afeta o trabalho remunerado do gênero feminino.

Palavras-chave: Economia Social. Economia Feminista. Identidades de Gênero. Trabalho Doméstico.

ABSTRACT

SOCIAL ECONOMICS CONTRIBUTIONS TO GENDER BUILDING AND WOMEN'S CARE

AUTHOR: Andréia Anschau
ADVISOR: Solange Regina Marin

Individual actions are strongly influenced by social institutions and identities that are part of the agent. One of these actions is domestic work, which, in the course of history was presented as women's responsibility. So, this paper intends to answer the following question: how was the construction and the process of institutionalization of gender identity, which includes care and domestic work and which are the relations of the social economy as an area of study with the process of creation and institutionalization of gender identities, in which is the care inserted? Social economics plays a fundamental role in the study of the construction and the process of institutionalization of gender identities, in which care and domestic work are inserted to allow the joint study of society and economy, and for this reason it is emphasized here. It will also be seen how the process of constructing gender identities took place, making the care of women responsible. Also, data are presented that show that, in fact, domestic work is socially instituted as a woman's job and how it affects paid work of the female gender.

Keywords: Social Economics. Feminist Economics. Gender Identity. Domestic Work.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Formação de Instituições Segundo Veblen.....	26
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) – 2003 a 2011*.....	34
Gráfico 2 – Rendimento médio real da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo – (2003 e 2011).....	35
Gráfico 3 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que declara realizar afazeres domésticos, por sexo. Brasil, 1995 a 2009.....	36
Gráfico 4 – Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pela população de 16 anos ou mais de idade, por sexo. Brasil, 2001 e 2009.....	37
Gráfico 5 – Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pela população de 16 anos de idade ou mais, por sexo e número de filhos. Brasil, 2009.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo, segundo determinadas características pessoais ou dos domicílios – Brasil, 2009.....	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA FEMINISTA.....	15
2 CONSTRUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO	22
3 CUIDADO DOMÉSTICO E TRABALHO REMUNERADO	30
3.1 Relações entre as esferas doméstica e profissional.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Tanto a economia quanto a sociedade representam as diversas instituições em que as pessoas não buscam apenas a maximização do prazer – ou utilidade – individual, como prega a economia *mainstream*, através do *homo economicus*. As pessoas são constantemente influenciadas por fatos externos a elas – os quais afetam não apenas as diversas identidades que as compõem, mas também, e conseqüentemente, seus atos, que também acabam por afetar (fortalecer ou enfraquecer) as instituições e normas já estabelecidas.

A economia social tem papel essencial no estudo das relações entre indivíduos não representados pelo *homo economicus*, que sejam influenciados e influenciadores, inseridos em uma sociedade com a qual interajam. Ela leva em conta – para as análises – as relações sociais que compõem o comportamento humano, bem como um conjunto de valores, tais como a justiça, o bem-estar, a dignidade e a igualdade.

Assim, o estudo da economia social se mostra importante, para o presente estudo, por considerar o agente como parte de uma sociedade que, além de estar em constante mudança, está – também – em um processo contínuo de interação com os indivíduos e, como não poderia deixar de ser, o influencia e é influenciada. Espera-se que os indivíduos, como forma de participar dessas instituições, ajam de acordo com um conjunto implícito de regras, o qual, por vezes, gera uma diferenciação entre os gêneros – a mulher é responsável pelo trabalho doméstico e o homem, pelo assalariado, por exemplo.

Essa lacuna entre os gêneros feminino e masculino é trabalhada pela economia feminista – área de estudo presente na economia social. A economia feminista busca a igualdade entre homens e mulheres. Uma de suas vertentes de estudo diz respeito ao *care*. O *care* presente na economia feminista pode ser interpretado como sendo uma atenção pessoal – ou cuidado – constante ou intensa e que busca melhorar o bem estar do agente alvo. Em uma relação assalariada, o emprego de babá é um dos que faz uso intenso do *care*. Já em casos não remunerados, o exemplo mais comum é a relação entre mães e filhos.

A partir dessa definição, o presente trabalho busca responder o seguinte questionamento: como se deu a construção e o processo de institucionalização da identidade de gêneros, no qual está inserido o *care* e o trabalho doméstico e quais as relações da economia social como área de estudo com esse processo de criação e institucionalização das identidades de gênero, no qual se insere o *care*? Para isso, buscar-se-á discutir teoricamente a economia social, a economia feminista e expor o estudo do *care*, dando ênfase para o *care* feminino e a relação do mesmo com o mercado de trabalho remunerado e as desigualdades

sofridas pelas mulheres. Também será feita uma análise sobre a construção social das identidades de gênero e a institucionalização das mesmas. E, supondo a desigualdade entre os gêneros na relação com o *care* doméstico e altruísta, pretende-se delinear essa lacuna – primeiramente analisando o seu caráter social e não biológico – e, em seguida, identificando como essa relação socialmente construída da mulher com o *care* impactam a sociedade e a economia como um todo, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a mesma.

O escopo geral do trabalho consiste em apresentar a importância do estudo do *care*, com foco no trabalho feminino e doméstico não remunerado, como área de estudo da economia, suas relações com o trabalho feminino remunerado e com a construção de uma identidade de gênero. É priorizada a identidade de gênero feminina, dadas as restrições vividas pelas mulheres na sociedade patriarcal. Para alcançar o objetivo central do trabalho, serão analisados de forma específica, os seguintes pontos:

- i) Discutir teoricamente a economia social, a economia feminista e expor o estudo do *care*, dando ênfase para o *care* feminino;
- ii) Partindo da sociedade atual, em que está presente a desigualdade entre os gêneros na relação com o *care* doméstico e altruísta, pretende-se delinear essa lacuna, apontando teoricamente as normas sociais associadas a homens e mulheres, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a mesma.

A pesquisa realizada nesta monografia é analítica, visto que utiliza de estudos e informações prévias para explicar a construção e a institucionalização das identidades de gênero, bem como a atribuição do serviço doméstico e – em especial o *care* – à mulher. Foi feita uma análise histórica que permite demonstrar o processo de diferenciação de gênero, e que busca diferenciar fatores biológicos dos socialmente construídos. Tal procedimento é importante para mostrar que a opressão sofrida pelo gênero feminino é essencialmente construída e não natural. Foram utilizados, nesse estudo, livros, artigos e dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os dados, expostos através de gráficos e tabela, buscam entrar em concordância com a teoria exposta, de que há desigualdade entre os gêneros feminino e masculino, e de que essa discrepância é social e não biológica.

Para que se possa responder à pergunta e atender os objetivos, o presente trabalho conta com três seções. Na primeira, está exposta a conceituação de economia social; sua origem, definições e objetivos. Nessa seção, também será visto o feminismo econômico, uma das áreas de estudo presente na economia social. Busca-se analisar a sua importância, sua origem, as suas intenções e alguns de seus problemas de estudo. Em segundo lugar, será vista

a construção e a institucionalização das identidades de gênero. Segundo a identidade de gênero, a mulher é responsável pelo serviço doméstico e o homem pelo emprego remunerado. Assim, a segunda seção é importante para apontar que essa construção é social e não biológica; dessa forma, está sujeito a mudanças. Em seguida, será exposta a noção de *care*, tema presente na economia feminista e, conseqüentemente, na economia social. O *care* foi socialmente estabelecido como sendo – majoritariamente – de responsabilidade feminina e, dessa forma, está interligado à institucionalização das identidades de gênero e as delegações associadas ao homem ou a mulher.

1 ECONOMIA SOCIAL E ECONOMIA FEMINISTA

Quando tem para com a mulher uma atitude de colaboração e benevolência, êle tematiza o princípio da igualdade abstrata; e a desigualdade concreta que verifica, não a põe. Mas, logo que entra em conflito com a mulher, a situação se inverte: êle tematiza a desigualdade concreta e dela tira autoridade para negar a igualdade abstrata. Assim é que muitos homens afirmam quase com boa-fé que as mulheres são iguais aos homens e nada têm a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs. É que é difícil para o homem medir a extrema importância de discriminações sociais que parecem insignificantes de fora e cujas repercussões morais e intelectuais são tão profundas na mulher que podem parecer ter suas raízes numa natureza original. (BEAUVOIR, 1970, p. 20)

O presente capítulo visa identificar tanto a economia social quanto a economia feminista, principalmente o papel de ambas nos estudos econômicos e sociais, mas também a origem e a construção dessas áreas de estudo. É importante que os conceitos de economia social e a economia feminista, bem como a importância das mesmas sejam expostos para que seja possível notar a lacuna existente entre a economia *mainstream* – representada pelo *homo economicus*¹ – e a economia social, cujo indivíduo é influenciado e, em alguns casos, até moldado pela sociedade.

A economia social teve início como sendo um conjunto construído por iniciativas associativistas, que optam por incluir aspectos sociais, políticos, culturais na análise econômica. A sua origem, quando analisada sob o aspecto político, diz respeito à questão do direito do trabalho em relação à luta política. Isso porque as ideias presentes na economia social surgiram como alternativas em termos de organização trabalhista em relação à forma dominante de trabalho assalariado, a qual foi instituída pela visão econômica que começava a se tornar hegemônica (FRANÇA FILHO, 2002).

Caeiro (2008) identifica a economia social como tendo surgido por volta de 1830, quando Charles Dunoyer² publicou – em Paris – um tratado sobre o assunto. A partir desse tratado, nasceram diversas escolas, tais como a socialista, a solidária e a liberal. O grande mérito dessas escolas é o de evidenciar o pluralismo político e cultural, herança da economia social. Porém o termo ‘economia social’ passa a ter um significado cada vez mais diferente e amplo em relação à sua definição original após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o advento do keynesianismo e do estado providência, em que cabe ao estado intervir e corrigir as falhas do mercado.

¹ Agente econômico da economia *mainstream*. Suas preferências são dadas e ele não sofre interferências da sociedade nem do mundo externo em geral. A discussão a respeito do mesmo será ampliada nos parágrafos seguintes.

² Economista francês responsável por cunhar o termo *Economia Social*.

Segundo Pereirinha (2003), quando se refere ao termo economia social, fica evidenciado o caráter paradoxal do termo, porque a economia já indica uma atividade humana essencialmente social. O objetivo desse nome é enfatizar os princípios em que a mesma está pautada: a sua finalidade social e a racionalidade própria dos agentes, cujo objetivo principal não é o lucro, e sim a satisfação das necessidades sociais não abrangidas pelo mercado ou pelo estado.

De acordo com o Observatório de Economia Social em Portugal (OBESP), as organizações que integram a economia social tem uma preocupação considerável com os indivíduos, bem como com a importância dada a aspectos sociais da análise. Dessa forma, os valores das instituições integrantes da economia social apresentam uma semelhança no que tange ao respeito pela dimensão humana, o combate à exclusão social, à visão democrática da organização, à solidariedade, à igualdade e à não discriminação, ao dever de encarar as instituições como sociais e não apenas elementos econômicos, à necessidade de promover espaços de realização individual e o desenvolvimento de um alto grau de capital social (OBESP, 2011).

As instituições presentes na economia social não são movidas exclusivamente por estratégias de mercado e lucro, como ocorre na economia *mainstream*. Isso porque, na economia social, a existência de uma organização visa suprir demandas sociais, promover a integração entre os diversos setores da sociedade e preencher falhas e lacunas geradas pelos demais setores – público e privado – da economia. Assim, a diferença primordial entre a economia social e as empresas capitalistas é que no primeiro caso, o lucro, além de não ser o objetivo primordial, é coletivo e se destina a dar continuidade aos objetivos da organização. E, para o segundo caso, os principais beneficiários do lucro são os investidores da própria empresa (OBESP, 2011).

Assim, como visto, a economia social e suas organizações tem tido papel fundamental na abordagem que consiste em privilegiar pessoas em detrimento do capital. Segundo o Observatório de Economia Social em Portugal (2011), as instituições presentes na economia social não se configuram como entidades apenas produtoras de bens e serviços, mas também como geradoras de conexões sociais. OBESP (2011) ressalta quatro pontos que diferenciam a economia social dos demais setores. São eles: a. a capacidade de detectar novas necessidades e criar novos empregos; b. a habilidade de mobilizar forças e criar redes sociais; c. o fomento do capital social; e d. a competência de utilizar e destinar os recursos provindos da distribuição de forma correta.

Granovetter (1985) expõe o estudo da ciência econômica como sendo isolado em relação às demais ciências sociais, porque as interações sociais não são estudadas na economia *mainstream*. Dessa forma, segundo Granovetter (1985), os economistas ligados à economia social partem do princípio de que os indivíduos econômicos sofrem influências externas – costumes, hábitos e normas – que são seguidas pelos agentes sem uma prévia análise racional. Folbre (1994) entra em concordância com Granovetter (1985), e exemplifica essa ideia ao expor que as pessoas não escolhem querer tudo o que querem; elas internalizam alguns de seus desejos do mundo exterior.

As conexões entre o mundo do lucro e o mundo do *care* são de grande importância para a sociedade. Tradicionalmente, as esferas pública – relacionada ao governo e aos mercados – e privada estavam designadas aos homens e às mulheres, respectivamente. As atividades comumente atribuídas às mulheres se dividem em dois ramos: instrumental – envolve lavar, passar e cozinhar – e as que envolvem componentes emotivos, como cuidar das crianças e dos idosos, oferecer suporte emocional e ouvir as queixas do marido (FOLBRE E NELSON, 2000).

Os economistas da escola clássica tentaram encontrar e aplicar leis universais que explicassem o processo econômico. Monetaristas e neoclássicos seguiram o mesmo caminho de buscar uma aplicação universal. Marginalistas estão atentos a variáveis como escolhas individuais, que sejam capazes de explicitar os comportamentos individuais e econômicos, tornando a economia como um todo e, em especial a economia política, como uma ciência exata (BÖGENHOLD, MICHAELIDES AND PAPAGEORGIOU, 2016).

Staveren e Gasper (2002) afirmam que as informações consideradas pela economia *mainstream* – como a utilidade e a renda, por exemplo – deveriam ser analisadas de forma conjunta com outros atributos importantes. E, centralmente, a economia teria de ver e estudar como as pessoas vivem, a liberdade de agência individual e como os indivíduos escolhem viver.

Dadas as normas sociais tradicionais dos homens e das mulheres, Nelson (1995) expõe que as atividades consideradas masculinas tomaram lugar central na análise da economia *mainstream*, principalmente como *homo economicus*, o qual ela descreve como sendo:

Economic man, the ‘agent’ of the prototypical economic model, springs up fully formed, with preferences fully developed, and is fully active self-contained.... He interacts in society without being influenced by society: his mode of interaction is through an ideal market in which prices form the only, and only necessary, form of communication.... Yet humans do not simply spring out of the earth. Humans are born of women, nurtured and cared for as a dependent children, socialised into

family and community groups, and are perpetually dependent on nourishment and shelter to sustain their lifes. (NELSON, 1995, p. 31)

Essa análise do agente estudado na economia clássica – também chamada de *mainstream* – indica, segundo Staveren (2001), uma tendência em favor a uma narrativa mecanicista do homem, e não leva em conta as experiências de homens e mulheres reais. A racionalidade desse indivíduo está restrita a uma visão branca, ocidental e masculina da razão. A razão, o auto interesse e o instinto matemático estão associadas a identidades classificadas como masculinas. E fatores identificados como femininos – emoção e intuição, por exemplo – são vistos como opostos à racionalidade masculina. O processo de construção desses estereótipos de gênero e a sua institucionalização será visto no tópico seguinte.

Tanto Veblen quanto Bourdieu entram em concordância com a discussão exposta. Para ambos, a economia não é uma ciência isolada, um mecanismo independente, em que ações humanas estão baseadas apenas na racionalidade do agente e na maximização da utilidade do mesmo. Ao invés disso, os escritos desses autores estão baseados em uma perspectiva econômica, política e social, as quais determinam o sistema econômico e, simultaneamente, a ação do ‘agente econômico’. Essa é, inclusive, apontada como a maior similaridade entre ambos (BÖGENHOLD, MICHAELIDES AND PAPAGEORGIU, 2016).

Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. (BEAUVOIR, 1970, p. 23)

A economia feminista surgiu em meados dos anos 1970 como resposta ao modelo de mercado de trabalho e trabalho doméstico da época. A economia neoclássica – também baseada no *homo economicus* – se auto define como o estudo das decisões feitas no mercado por indivíduos autônomos e racionais. A dona de casa era comumente entendida como sendo representada pelo homem – ou marido –, cujas preferências englobavam as da dona de casa. As atividades domésticas eram classificadas como lazer. Estudos referentes ao mercado assalariado geralmente estavam voltados exclusivamente para os homens e a produção doméstica – área de trabalho das donas de casa – era (e ainda é) excluída das contas nacionais. As mulheres, suas áreas de atuação tradicionais e seu bem-estar eram invisíveis (NELSON, 2005).

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. (BEAUVOIR, 1970, p. 17)

Segundo Staveren e Gasper (2002), Amartya Sen expõe de forma mais clara a restrição da liberdade de agência feminina. Ela se dá através dos níveis inferiores de educação feminina, dos riscos à saúde relacionados à reprodução, das várias normas de gênero que comumente restringem o comportamento feminino em áreas públicas e pela discriminação no mercado de trabalho, apenas para citar alguns controles baseados no gênero.

Simone de Beauvoir (1970) expõe – em seu famoso livro, *O Segundo Sexo* – que era, a muito custo, concedida à mulher “a igualdade dentro da diferença”, que foi a mesma ideia utilizada na época segregação em relação aos negros nos Estados Unidos. Essa visão de igualar mantendo as estruturas serve apenas para introduzir – ou manter – as diferentes formas de discriminação. Esse discurso não é ocasional ou impensado, ele busca manter os oprimidos em uma situação inferior. A autora compara o discurso de exaltação do feminino – utilizado até hoje – com a ideia de “alma negra”, utilizado com o propósito de exaltar as virtudes que a “casta superior” os relegou.

(...) a casta anteriormente dominadora quer mantê-los "em seu lugar", isto é, no lugar que escolheu para eles; em ambos os casos, ela se expande em elogios mais ou menos sinceros às virtudes do "bom negro", de alma inconsciente, infantil e alegre, do negro resignado, da mulher "realmente mulher", isto é, frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem. Em ambos os casos, tira seus argumentos do estado de fato que ela criou. (BEAUVOIR, 1970, p. 18)

Beauvoir (1970), ao falar sobre a ‘criação’ da mulher – como ela foi socialmente moldada de acordo com as preferências do opressor – entra em concordância com Staveren (2001), que, como dito anteriormente, argumenta que as características associadas à mulher são menosprezadas na economia. Ou seja: a mulher foi moldada para ser inferior e essa construção social foi, por muito tempo, atribuída à sua natureza, como afirma Beauvoir:

O homem pode, pois, persuadir-se de que não existe mais hierarquia social entre os sexos e de que, grosso modo, através das diferenças, a mulher é sua igual. Como

observa, entretanto, algumas inferioridades — das quais a mais importante é a incapacidade profissional — ele as atribui à natureza. (BEAUVOIR, 1970, p. 20)

Segundo Nelson (2005), atualmente, muitas das reivindicações iniciais dos movimentos feministas perderam suas restrições legais e normas sociais que moldavam — artificialmente — tanto a educação quanto escolhas referentes ao mercado de trabalho em um grande número de países. Se uma mulher é legalmente livre para ingressar em dada atividade, porém é moralmente compelida em relação a suas obrigações socialmente estabelecidas para cuidar de familiares idosos, crianças ou enfermos, as avaliações da sua liberdade refletirão se a sua presença nessa atividade é importante e se o *care* pode ser visto como uma vocação e não como um fardo. A ideia de que essa mulher é livre indica um foco apenas em questões legais, e um desprezo por componentes éticos na concepção de agência (STAVEREN E GASPER, 2002).

Amartya Sen (1999) relaciona a liberdade de agir da mulher com o bem-estar dela, bem como a sua condição de agente. Antes, o foco dos movimentos feministas estava dirigido apenas ao bem-estar feminino, o que é necessário, porém não compensa a necessidade da mulher ter papel ativo na sua condição de agente ativo de mudança, e não ser meramente receptora passiva do auxílio masculino. É necessário que as desigualdades referentes ao bem-estar derivadas do gênero sejam suprimidas sem que seja ignorada a condição de agente da mulher. Ela deve ser a força motriz da sua mudança. Beauvoir (1970) vai ao encontro de Sen (2010) ao afirmar que mesmo o homem mais engajado com as causas feministas e o bem-estar da mulher não conhece a situação feminina de fato, não tem noção das restrições a que a mulher é submetida.

To see individuals as entities that experience and have well-being is an important recognition, but to stop there would amount to a very restricted view of the personhood of women. Understanding the agency role is thus central to recognizing people as responsible persons: not only are we well or ill, but also we act or refuse to act, and can choose to act one way rather than another. And thus we — women and men — must take responsibility for doing things or not doing them. It makes a difference, and we have to take note of that difference. This elementary acknowledgment, though simple enough in principle, can be exacting in its implications, both for social analysis and for practical reason and action. (SEN, 1999, p. 190)

Sen (1999) cita, como exemplo da perda de bem-estar socialmente imposto às mulheres, a “mortalidade excessiva socialmente gerada” feminina na Ásia e na África Setentrional. Tal fato é, em síntese, a parcialidade em favor do gênero masculino em relação aos cuidados médicos, o que acaba por gerar números enormes de “mulheres faltantes”, ou

que morreram em decorrência do homem ser favorecido na distribuição de cuidados médicos. Sen (1999) ressalta que essa diferenciação do fornecimento de cuidados para os gêneros deve ser analisada sob a ótica de que mulheres são “menos do que iguais”.

Guiraldelli (2007) enfatiza a restrição da liberdade de agência feminina através da tripla jornada de trabalho imposta às mulheres – que seria, além da função produtiva no mercado de trabalho, a reprodutiva e a do trabalho doméstico. A função reprodutiva está relacionada ao cuidado destinado aos filhos. Guiraldelli (2007) aponta também que, no caso brasileiro, o trabalho doméstico é visto como inatividade na esfera econômica. As funções socialmente normatizadas como responsabilidade feminina – o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos – estão englobadas no *care*, o qual será visto no próximo capítulo.

Benería (1992) afirma que o problema da subestimação do trabalho feminino nas contas nacionais vem sendo exposto de forma exaustiva desde a década de 1970, e que tal subestimação é particularmente observável em quatro grandes áreas de atividades: a. a produção de subsistência; b. o trabalho informal, porém pago; c. a produção doméstica e demais atividades do ramo, como o *care*; e d. o trabalho voluntário. A autora aponta que, no caso dos trabalhos doméstico e voluntário, o problema é mais conceitual, uma vez que, de acordo com a “visão convencional”, esse tipo de atividade não foi incluído desde o início nas contas e estatísticas referentes à produção nacional. Essa não inserção do trabalho doméstico deu-se porque foi considerado que ele era externo à “área de interesse” da economia, a menos que este fosse monetizado.

No capítulo seguinte, será visto de que forma se deu a construção da identidade de gênero, a qual impõe, tanto a homens quanto a mulheres, um padrão esperado de comportamento. A identidade masculina, como visto anteriormente, está construída sobre a razão e o auto interesse, ao contrário da feminina, que está baseada na emoção e na intuição. À mulher – a qual é aqui trabalhada – fica relegado o trabalho doméstico, a função materna, que exige constante atenção e dedicação e, como será visto, posições secundárias no mercado de trabalho remunerado – em função, principalmente, da desigualdade salarial.

Como exposto na introdução, o foco está no tratamento social destinado às mulheres, a institucionalização de opressões sobre o gênero feminino através da associação destes com a identidade socialmente construída da mulher e com aspectos biológicos, de forma que o social e o biológico ficam praticamente indissociáveis.

2 CONSTRUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO

A primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora, é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios da barbárie. **Do mesmo modo, a forma mais primitiva da propriedade é a propriedade que têm os homens capazes sobre as mulheres.** (...) Nos estágios mais baixos da barbárie, a propriedade de mulheres começa aparentemente com a apropriação de mulheres cativas. Tal apropriação violenta tem sua razão inicial aparentemente na sua utilidade como troféus. **O costume de tomar violentamente as mulheres do inimigo como troféus resultou numa forma de casamento-propriedade, com a formação de uma estrutura familiar sob chefia de um homem.** (VEBLEN, 1989, p. 16-17, grifo da autora).

A presente seção tem o intuito de mostrar que a identidade de gênero é responsável por criar expectativas em relação ao comportamento dos indivíduos, dado determinado gênero, e moldar, de forma social, o agir individual. Essa demonstração é essencial por dois grandes motivos. O primeiro diz respeito ao estudo das diferenças sociais e biológicas, o qual é importante para que seja possível determinar o que é passível de mudanças e o que independe da vontade social, e sim do evolucionismo. A segunda razão indica a possibilidade de evidenciar que as opressões sofridas pelas mulheres são construídas e não biológicas – inerentes à sociedade – e, dessa forma, devem ser corrigidas. Essa identidade dos gêneros será aqui vista com base na abordagem de Bourdieu e relacionada com o institucionalismo vebleniano. Pretende-se mostrar que a teoria presente em Bourdieu sobre a construção da identidade de gênero está intimamente ligada à formação de uma instituição segundo Veblen.

Segundo Bögenhold, Michaelides e Papageorgiou (2016), Veblen é conhecido pelas suas críticas dirigidas à economia *mainstream*. Já, para Bourdieu, a presença da formalização matemática na economia não deve ser criticada por si só. O problema consiste em buscar isolar a economia dos demais estudos, como os referentes à sociedade e à história (BÖGENHOLD, MICHAELIDES E PAPAGEORGIU 2016).

A noção de “gênero” se relaciona com a cultura, sendo formadora e formada por ela, ou seja, é a forma como a sociedade lida com as diferenças entre os sexos. Nesta concepção, as diferenças entre comportamentos de homens e mulheres são resultantes da ação da cultura dominante sobre as representações e comportamentos de homens e mulheres (SANTOS, 2002, p. 41). Assim, o conceito de gênero questiona o que é dado como natural e biológico, demonstrando que o papel da mulher na sociedade pode ser alterado com benefícios para o todo (SILVA E SCHNEIDER, 2010, p. 4).

Cavaliere (2013) diferencia o instinto vebleniano da sua definição comum. Em Veblen, o instinto já apresenta algum grau de deliberação consciente, ao contrário das chamadas ações tropismáticas, que são meros reflexos humanos – por exemplo, tirar a mão de uma superfície

quente. Quando é necessária a formulação de pensamentos para que, a partir disso, elabore uma ação, ela deixa de ser caracterizada como ação tropismática e passa a ser considerada um instinto. Os instintos derivam de um processo de evolução da humanidade, estão presentes nos homens, são transmitidos de forma hereditária e, provavelmente tiveram papel essencial na sobrevivência da espécie (CAVALIERI, 2013).

Silva (2010) identifica que, na noção de instinto vebleniano, estão inseridas variáveis como a inteligência, ações definidas pelo costume ou por forças fisiológicas. Ou seja: o instinto, para Veblen, não apresenta a mesma conotação dada usualmente à palavra, como aponta Cavalieri (2013). O instinto – para Veblen – já indica a presença de outras variáveis, tais como a inteligência (SILVA, 2010). Conceição (2007) define o instinto vebleniano como uma propensão comportamental originada por algum aspecto da estrutura biológica do ser humano. Para Veblen, os instintos são a força motriz que determina a conduta do indivíduo (MOURA, et. al. 2015). O instinto vebleniano – segundo Silva (2010) – gera a conformação de instituições sociais, reguladoras da ação social.

De todo modo, fica evidente que o instinto, conforme apontamento de Veblen, não se coaduna com imperativos puramente intuitivos e inconscientes. A ação dos seres humanos, como seres gregários dotados de senso de comunidade, é produto de um complexo variado de fatores tão mais difíceis de discernir quanto maiores são as variantes que se impõem aos homens. Queremos dizer que se a ação é dotada de um sentido teleológico, emoldurada pela inteligência e pela definição de determinados objetivos, também dela participa aquilo que está inconsciente ou fora do alcance da racionalidade imediata. (SILVA, 2010 p. 292)

Bourdieu (2015) parte de uma observação dos habitantes de Cabília e transpõe suas observações para as demais sociedades. O autor afirma que a dominação masculina se dá, inicialmente, através da diferenciação biológica entre os sexos e o próprio ato sexual, os quais geram a divisão das coisas em oposições homólogas – homem/mulher, alto/baixo, em cima/embaixo, fora/dentro, temperado/insosso e assim por diante. Assim, as diferenças biológicas e anatômicas entre homens e mulheres podem ser interpretadas como sendo uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros.

Contudo, tais esquemas de pensamento – cuja aplicação é universal – registram o dualismo como diferenças de natureza, mas acabam por agravá-lo, ao associar as demais características ao homem ou à mulher (BOURDIEU, 2015). Então se percebe que o corpo e seus movimentos são, em parte, determinados pela significação biológica e sexual, mas não inteiramente. Parte do comportamento humano é, também, construída socialmente, através de hábitos, culturas, identidades e instituições. Seria, por exemplo, incentivar a criação de sexo

feminino a brincar com bonecas e meninos, com carrinho. Indica, no caso da menina, que ela deve se preparar para ser mãe. E a criança de sexo masculino brincar com carrinho aponta que o seu interesse deve estar no mundo exterior à esfera doméstica.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2015, p. 18-20).

A divisão entre os sexos está naturalizada e normalizada na ordem das coisas a tal ponto que se tornou inevitável: ela está presente no estado objetivado das coisas (na casa, por exemplo) e em todo o mundo social e nos corpos e modos de agir dos indivíduos – nesse último caso, em estado incorporado –, através da fala, da percepção, do pensamento e da ação. Embasado nessa divisão, Bourdieu (2015) trata a relação institucionalizada de dominação masculina e submissão feminina como “atitude natural”. Essa experiência compreende o mundo social e as divisões inerentes a ele – a começar pelas desigualdades de gênero socialmente construídas – como naturais e evidentes, o que acaba por gerar reconhecimento através da legitimação (BOURDIEU, 2015).

O instinto vebleniano, para Conceição (2007), se identifica como uma propensão comportamental inata. E, a propensão comportamental, quando adquirida – comumente através da socialização – é chamada de hábito. O instinto – de acordo com o conceito vebleniano – resulta na formação de hábitos e estes, por sua vez, geram instituições. Essa relação de causa e consequência entre os instintos e os hábitos se dá através da correlação entre os membros de uma sociedade, ou seja, a atitude de um indivíduo influencia a ação de outro, e vice-versa. Segundo Cavalcante (2015), Veblen aplica a sua visão de instituição como sendo uma evolução da vida social a partir de um processo contínuo de mudanças nos hábitos dos indivíduos.

Para Veblen, a evolução humana se dá de forma impessoal. No sistema evolucionário vebleniano, os hábitos de pensamento, convenções e instituições regem o comportamento humano. Essa teoria ficou conhecida como ‘elimination of personality’, por causa do poder institucional e social de moldar o comportamento do indivíduo. Veblen (1909) escreve que é no agente, no indivíduo que o sistema institucional impõe o seu padrão convencional e seus ideais de conduta que formam o sistema de vida comunitário (BÖGENHOLD, MICHAELIDES, PAPAGEORGIOU, 2016).

Os modos costumeiros de fazer e pensar não somente tornam-se uma matéria habitual, fácil e óbvia, mas chegam igualmente a ser sancionados pela convenção social, e então se tornam corretos e apropriados, originando princípios de conduta (VEBLEN, 1989, p. 7).

O trecho citado acima indica a semelhança entre o discurso de Veblen (1989) e o de Bourdieu (2015) – exposto abaixo – a respeito da construção de modos, hábitos, ordens e instituições. As mudanças do ambiente – que podem vir a se tornar uma instituição – exercem pressão sobre a sociedade e isso propicia condições para o reajustamento do esquema de vida. Tal pressão geralmente deriva de forças econômicas.

O sistema mítico-ritual desempenha aqui um papel equivalente ao que incumbe ao campo jurídico nas sociedades diferenciadas: na medida em que os princípios de visão e divisão que ele propõe estão objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, ele consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, afinal. (BOURDIEU, 2015, p. 17)

Segundo Bögenhold, Michaelides e Papageorgiou (2016), o agente social de Bourdieu age seguindo uma lógica, um senso prático, contudo também é influenciado por forças externas, como hábitos e instituições. O sujeito se torna o polo dominante na percepção, mas “carrega o mundo dentro” dele. Essa ideia combina elementos da tradição subjetiva – teleologia, construção – e da tradição objetiva, estrutura (BÖGENHOLD, MICHAELIDES E PAPAGEORGIOU, 2016). Ou seja: o indivíduo toma suas decisões de forma autônoma, porém isso não as isenta de influências externas, visto que o agente é produto de construção social e tem internalizadas muitas ideias derivadas da mesma, bem como visões institucionalizadas a respeito do mundo e de costumes. Uma dessas ideias diz respeito ao trabalho doméstico, à delicadeza e ao ‘cuidado materno’ da mulher, como aponta Staveren (2001), ou à maternidade, construída socialmente, contudo internalizada por parte das mulheres, como escrevem Sampaio, Santos e Silva (2008). Penteado ([2010?]) afirma que foi em meados do século XX que o social avançou sobre o território familiar, através da disjunção entre público e privado e entre conjugalidade e parentalidade.

É na identificação com esse lugar social que os afetos das mães dão origem à ideia de amor materno, que vai se consolidar na França no final do séc. XIX e do séc. XX. Essa ideia encontra naturalização no conceito de “instinto materno”, a partir do qual são construídas argumentações biológicas e científicas, próprias da modernidade, para justificar e modular os comportamentos de mães e filhos nesse novo século (SAMPAIO, SANTOS E SILVA, 2008, p. 176).

Sampaio, Santos e Silva (2008) citam autores como Novelino (1989), Santos (1995) e Trindade e Enumo (2001), para exemplificar a forte relação entre a identidade da mulher e a maternidade aplicada ao Brasil. A identidade feminina brasileira – principalmente no nordeste – foi vigorosamente estruturada a partir da representação social da maternidade, na medida em que era atribuída, à mulher, a função de reprodutora. Todas as demais características femininas ficavam em segundo plano no reconhecimento social da agente mulher. As autoras apontam que a maternidade deixa de ser apenas uma opção da mulher. Ao contrário, o papel de mãe passa a ser essencial para que o agente feminino possa ser plenamente reconhecido como um ser social.

Qizilbsh (2014) identifica, na obra de Sen, três identidades que, juntas, compõem a identidade global do indivíduo. A primeira é a identidade pessoal, que seria a forma como eu me vejo. Em seguida, tem-se a identidade social, que é como eu sou vista dados os grupos em que estou inserida – partido político, nacionalidade, profissão, por exemplo – e, em terceiro lugar, tem-se a identidade percebida, que é a visão da sociedade, dos outros sobre mim.

Bourdieu (2015) escreve que não apenas a identidade percebida é responsável pela restrição da liberdade de agência da mulher e pela dominação masculina. Isso porque há internalização da identidade de gênero tanto por parte de homens quanto de mulheres. Dessa forma, a submissão feminina acaba se fortalecendo, porque seu caráter social fica praticamente indistinguível da personalidade individual da mulher. Como exemplo dessa não divisão entre a construção de uma identidade social e a sua internalização por parte da mulher, tem-se a maternidade. A sociedade, ao identificar o feminino como um ser intuitivo e emotivo (STAVEREN, 2001) acaba por atribuir à mulher o cuidado com os filhos de forma maternal – o próprio conceito traz consigo conotações socialmente construídas, de acordo com Sampaio, Santos e Silva (2008) –, o que é comumente internalizado por mulheres, que se veem como maternais e emotivas.

(...) As injunções continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto os explícitos apelos à ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescrições e proscricões arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos. (BOURDIEU, 2015, p. 71)

Segundo Staveren (2001), as pessoas não pertencem a uma classe apenas porque possuem um conjunto de bens. O que faz um indivíduo estar inserido em uma classe é um agregado de bens, normas e preferências que o identificam como pertencente a uma classe, a

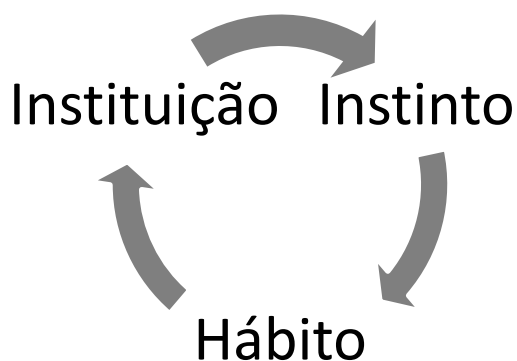
qual é socialmente construída. O mesmo ocorre com o gênero. Uma pessoa não faz parte de determinado gênero apenas devido ao sexo, a questões biológicas. Regras, normas e preferências – determinadas através da construção social – também são responsáveis pela identidade do sujeito. A autora expõe que pode parecer estranho, especialmente para economistas, que as preferências individuais sejam descritas como resultado de uma construção social. Contudo, o indivíduo não escolhe querer tudo o que ele quer. Vários de seus desejos são internalizados por instituições sociais externas.

Segundo Bögenhold, Michaelides e Papageorgiou (2016), Bourdieu identifica a posição social como o que dá a maior predição de práticas e representações. Veblen entra em concordância com Bourdieu em Teoria da Classe Ociosa (1899), em que diz que a classe ociosa – ou com renda mais elevada – é responsável por parte considerável dos hábitos e instituições da geração seguinte.

Para Bourdieu, o hábito é o conceito que melhor e mais explica como as instituições, convenções e outras práticas influenciam e moldam o comportamento humano em relação a seu corpo, preferências individuais e atitudes. O hábito, para Bourdieu, é uma condição que reflete a estrutura do ambiente individual passado (BÖGENHOLD, MICHAELIDES E PAPAGEORGIOU 2016).

Já, para o conceito vebleniano hábitos mentais são formas de ser ou fazer as coisas que acabam se convertendo em instituições, mantidas ou modificadas pelos indivíduos reprodutores ou transformadores, dada a ação do tempo. As instituições, para Veblen, são autônomas em relação aos instintos e são, por vezes, capazes de os influenciar e até moldar (CAVALCANTE, 2014).

Imagem 1 – Formação de Instituições Segundo Veblen



Fonte: Elaborado pela autora com base em Veblen (1988)

Como se vê na imagem acima, o processo de criação de uma instituição passa, segundo Veblen (1988), por uma relação de instintos a qual, por sua vez, cria hábitos sociais e estes podem vir a se tornar uma instituição a qual é passível de mudanças com a criação de novos instintos e assim conseqüentemente. É o caso da identidade de gênero que, de acordo com Bourdieu (2015), prega a dominação masculina e submissão feminina. Staveren (2001) e Nelson (1995) vão de encontro a Bourdieu (2015) ao expor que características tidas como positivas no mercado de trabalho assalariado – tais como a razão, a racionalidade e o auto interesse – são associadas à identidade masculina, ao passo que a identidade da mulher é socialmente vinculada à emoção e à intuição, aspectos desprezados pela vida profissional.

O domínio masculino fica evidente, de acordo com Bourdieu (2015), através da sua ausência de justificativa: o homem é tido como neutro, e a posição feminina é constante e explicitamente marcada. Seja através da linguagem, dos próprios modelos representativos das pessoas – por exemplo o *homo economicus* que, segundo Staveren (2001) e Nelson (1995), representa o homem, o dominador, como visto na seção anterior – ou, principalmente, através da divisão social do trabalho – a qual envolve momentos, instrumentos e espaços destinados especificamente a um gênero (BOURDIEU, 2015).

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo processo coletivo de socialização do biológico e biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social de forma naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa (BOURDIEU, 2015, p. 9-10)

Bourdieu (2015), como exposto acima, comenta a respeito da dificuldade atual de dissociar os aspectos biologicamente referentes ao sexo e das características socialmente construídas em torno da identidade social dos indivíduos. Através desse mecanismo que permitiu unificar elementos biológicos aos elementos sociais, tem-se a institucionalização das identidades de gênero masculina e feminina.

Como visto, foi construída uma identidade social de gênero em torno da questão biológica, as quais estão – hoje – tão intrínsecas uma na outra que são quase indissociáveis. Então, nessa seção, foi apresentada a dominação masculina sobre a mulher na sua origem – que se deu através do sexo biológico e do próprio ato sexual –, a construção e a fortificação dos estereótipos de gênero, até que os mesmos fossem de tal modo enaltecidos ao ponto de tornar a identidade de gênero uma instituição, internalizada por homens e mulheres. A partir dessas definições, a seção seguinte busca explicar o conceito de *care* – ou cuidado –,

socialmente instituído como responsabilidade feminina, e que acaba por afetar não só o desenvolvimento da mulher, mas, através da liberdade de agência, geram faltas na sociedade como um todo.

3 CUIDADO DOMÉSTICO E TRABALHO REMUNERADO

Cathy, jovem esposa norte-americana de classe média, gasta seus dias preparando comida, arrumando a mesa, servindo as refeições, lavando louça, vestindo, disciplinando ou acompanhando as tarefas escolares dos filhos, dispendo o lixo, varrendo, levando roupa à lavanderia, indo ao supermercado, reparando artigos de casa, passando roupas, arrumando as camas, pagando as contas, cuidando de animais de estimação e plantas, guardando brinquedos roupas e livros, costurando, falando com vendedores de porta-em-porta, respondendo ao telefone, aspirando o pó de assoalhos, cortando grama, removendo ervas daninhas ou a neve, limpando o banheiro ou a cozinha e pondo suas crianças à cama. Cathy tem que enfrentar o fato de que ela enche o seu tempo de um modo totalmente improdutivo. Ela... é economicamente inativa, e os economistas a registram como desocupada (WARING, apud GELINSKI E PEREIRA, 2005, p. 82).

O presente capítulo está separado em duas partes. A primeira busca explicar o conceito de *care*, o qual está inserido na economia feminista e, conseqüentemente, na economia social e mostrar que ele é socialmente atribuído às mulheres. Isso será feito através de uma revisão histórica da importância do *care*, o qual não tem a devida importância nos estudos econômicos. O objetivo da presente seção é de mostrar que o fato do trabalho doméstico – com ênfase no feminino – ter pouco reconhecimento na economia afeta o funcionamento e o desenvolvimento de toda a sociedade. Como exemplo desse déficit imposto à sociedade pela identidade de gênero, será tratado sobre a desigualdade sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho remunerado, e como isso afeta o trabalho doméstico.

O movimento das mulheres começou com a tomada de consciência da opressão social sobre as mulheres. A partir dessa ação inicial, fica coletivamente evidente que uma grande parte do trabalho existente é realizada gratuitamente – de forma que este fica invisibilizado – pelas mulheres, alegando-se que é “em nome da natureza, do amor e do dever materno”. Então, a denúncia dessa exploração sobre o gênero feminino se dá baseada em duas vias principais: o não reconhecimento e não visibilidade desse trabalho e a crença social de que esse trabalho é, exclusivamente, atribuição feminina (HIRATA E KERGOAT, 2007).

Segundo Castells (1999), o patriarcalismo representa uma estrutura de dominância do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar e, sobre ele, fundamentam-se todas as sociedades contemporâneas. O patriarcado domina – também – toda a organização da sociedade: da produção ao consumo, da política à legislação e à cultura (MARTINS, LUZ E CARVALHO, 2010).

O modelo familiar atual – baseado na dominância masculina sobre a mulher – encontra-se em crise, de acordo com Castells (1999). O autor baseia essa ideia em quatro asserções: a. o movimento feminista promoveu um enfraquecimento considerável das

estruturas patriarcais; b. as crises matrimoniais; c. fatores demográficos – a saber: a diferença da taxa de mortalidade entre os gêneros masculino e feminino e o envelhecimento da população; e d. a instabilidade familiar e a crescente autonomia feminina em relação ao seu comportamento produtivo.

Porém, para Bourdieu (1995), tanto a dominação masculina quanto a submissão feminina são construções sociais já naturalizadas na sociedade. Ele enfatiza sua ideia ao apontar que os discursos de submissão feminina e dominação masculina estão presentes em inúmeros espaços da sociedade, tais como rituais, organizações do tempo, o próprio espaço e o discurso.

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. (BOURDIEU, 2015, p. 142)

Segundo Martins, Luz e Carvalho (2010), essa relação de poder expressa no pensamento de Bourdieu (2015) entre dominado e dominador é resultado de um processo de construção social sobre o indivíduo e da própria internalização da opressão por parte do subordinado – como exposto no capítulo anterior – faz com que a dominação masculina pareça natural.

Bourdieu (2015) ressalta que a revolução industrial agravou ainda mais a desigualdade entre os gêneros feminino e masculino, porque ali que ficou estabelecido que o trabalho assalariado, nas firmas, era responsabilidade do homem, e o cuidado com a casa era dever feminino. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve alguma redução da discrepância entre o homem e a mulher, contudo sem que a mesma fosse anulada (MARTINS, LUZ E CARVALHO, 2010).

Na verdade, a entrada da mulher na vida profissional serviu, de acordo com Bourdieu (2015), como prova de que a atividade doméstica não é socialmente reconhecida como um verdadeiro trabalho, e continuou a ser relegada à mulher. A libertação feminina acontecerá quando elas subverterem as estruturas básicas das esferas produtivas e circulatórias de bens simbólicos, porque estes representam uma liberdade aparente para que a mulher conquiste uma “submissão solícita” (BOURDIEU, 2015).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o estudo sobre a divisão sexual do trabalho não deve se ater apenas à constatação da desigualdade. Ele deve mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e gerar uma reflexão sobre os processos referentes à divisão

sexista do mundo do trabalho utilizados pela sociedade para hierarquizar as atividades e, conseqüentemente, os sexos, criando um sistema de gênero.

Desde a década de 1990, os estudos relacionados ao *care* e ao trabalho não remunerado vêm recebendo mais atenção no âmbito acadêmico, criando as áreas de estudo relativas ao trabalho não remunerado e a economia do *care*, cujo termo foi cunhado por Elson (1995). Grande parte desse trabalho está voltada à divisão do serviço doméstico entre os gêneros, à substituição entre serviços provenientes do mercado e domésticos e ao papel do *care* em atividades remuneradas (BRAUNSTEIN et. al., 2011). Staveren (2000) afirma que os bens e serviços produzidos através do *care* não são independentes dos processos produtivos do mercado de trabalho e do governo.

Zelizer (2010) define o *care* como sendo:

(...) qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem estar daquela ou daquele que é seu objeto. Assim, pode-se definir um leque de “atenções pessoais constantes e/ou intensas” que tem, numa extremidade, o cuidado da manicure num salão de beleza ou o breve conselho telefônico num hotline de ajuda psicológica, e, na outra, os laços estabelecidos ao longo de uma vida inteira entre uma mãe e sua filha, ou, ainda, o devotamento de um velho empregado. (ZELIZER, 2010, p. 380)

Existem, segundo Staveren (2000), duas relações entre produção através de diferentes formas de alocação. São elas: a produção complementar e a substituta. A primeira situação representa os serviços que são complementares ao mercado privado e à ação estatal, como o cuidado com crianças e idosos. Staveren (2000) cita o autor Perkins Gilman ao escrever que o bem-estar humano não pode ser gerado exclusivamente pelo mercado ou pela economia do *care*. Os atores econômicos devem produzir em ambos os setores para que as diferentes necessidades humanas sejam preenchidas.

Uma parte significativa dos trabalhos tradicionalmente relegados às mulheres em ocupações baseadas na segregação de gêneros – como enfermagem ou os que envolvem cuidar de crianças, como babá –, juntamente com os serviços domésticos podem ser descritos como *caring work*. O *caring work* representa um desafio para a economia *mainstream*, porque o *homo economicus* é visto como sendo autônomo, auto interessado e que não precisa de cuidados (NELSON, 2005).

Waring (1988) aponta que economistas costumam descrever a magnitude – ou importância – do serviço doméstico como pequena ou inexistente. Porém segundo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2012, os afazeres domésticos configuram parte significativa do trabalho familiar. Dentro deste, estão incluídos cuidados

com crianças, idosos, enfermos – ou, como está sendo aqui denominado, *care* – e trabalhos de reprodução social e do cotidiano. É necessário ressaltar que, sem tais afazeres, os quais devem ser entendidos como trabalho, todas as demais atividades – dentro e fora do âmbito doméstico – ficariam inviabilizadas.

Tanto homens quanto mulheres combinam – tradicionalmente – serviço remunerado com as atividades domésticas. Contudo, o gênero feminino foi social e historicamente relegado à especialização no trabalho referente ao âmbito do lar. Este, apesar de não ser socialmente valorizado – como aponta Van Staveren (2008) –, demanda tantas horas semanais das mulheres quanto o trabalho assalariado exige do gênero masculino. E, quando há a presença de crianças que exigem cuidados domésticos, a carga de trabalho da mulher tende a ser superior ao do homem (FOLBRE E NELSON, 2000).

Gelinski e Pereira (2005) apontam que, apesar da significativa expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado, a quantidade de horas trabalhadas na esfera doméstica pelas mulheres não apresentou queda, tampouco transferências das atividades domésticas realizadas por parte das mulheres aos demais membros da família. Há, pelo contrário, uma correlação positiva identificada por Carnoy (1999) entre a inserção da mulher no mercado de trabalho e crescimento da indústria de bens de consumo duráveis, os quais são destinados a facilitar as atividades domésticas e, posteriormente, dos alimentos congelados e redes *fast foods*. Ou seja: possivelmente, a entrada da mulher no mercado de trabalho não gerou uma melhor distribuição das tarefas domésticas, e sim uma precarização destas.

O maior uso do tempo das mulheres em relação aos homens em atividades de cunho doméstico – cuidados domiciliar e familiar – foi registrado em um agregado de países com um amplo conjunto de políticas sociais, tais como creches e regime de horário integral nas escolas. Essa constatação indica que não há uma correspondência direta entre alto grau de desenvolvimento do país e menos discriminação entre homens e mulheres no uso do tempo destinado a afazeres domésticos (GELINSKI E PEREIRA, 2005).

Gelinski e Pereira (2005) ressaltam que a indiferença em relação ao trabalho doméstico feminino gera duas implicações diretas. A primeira diz respeito aos efeitos da sobrecarga de trabalho sobre a saúde – tanto física quanto mental – das mulheres. E a segunda se refere à subavaliação de contas nacionais, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Para Sikoska (2003), a consideração do trabalho doméstico está sujeita ao reconhecimento do valor do trabalho não remunerado para o bem estar social e à divisão do mesmo entre os diversos membros da família.

Assim, devido à importância do estudo do trabalho doméstico e do cuidado feminino relacionado à esfera de trabalho profissional, a subseção seguinte trata – essencialmente – das restrições impostas às mulheres na esfera profissional. Os principais pontos tratados se referem à desigualdade salarial e à desigualdade na divisão do trabalho doméstico, representada pela quantidade de horas trabalhadas no âmbito doméstico. Será visto que o próprio estímulo à dedicação com afazeres domésticos é mais presente nas crianças meninas e adolescentes, confirmando o fato de tal tarefa estar associada com a identidade de gênero, a qual é socialmente construída e imposta aos indivíduos desde cedo.

Essa imposição da identidade de gênero é tão ressaltada no presente trabalho pelo fato de gerar distorções – como as aqui apresentadas – que não só prejudicam a mulher, que representa metade da população mundial, mas também a sociedade como um todo, como aponta Sen (1999):

These different aspects (women's earning power, economic role outside the family, literacy and education, property rights and so on) may at first sight appear to be rather diverse and disparate. But what they all have in common is their positive contribution in adding force to women's voice and agency – through independence and empowerment. For example, working outside the home and earning an independent income tend to have a clear impact on enhancing the social standing of a woman in the household and the society (SEN, 1999, p. 191).

Então, como apontado por Sen (1999), o estudo aqui realizado é necessário no que tange à reflexão dos problemas enfrentados pelas mulheres – e, conseqüentemente pela sociedade – para que seja possível a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sen (2008) afirma que a diferenciação entre os níveis salariais para homens e mulheres é parte importante da desigualdade entre os gêneros, existem várias outras esferas de benefícios diferenciais, tais como a divisão do trabalho dentro da família – como visto –, a extensão da assistência e educação recebidas e nas liberdades desfrutadas por diferentes membros familiares. Há, ainda, a desigualdade relacionada à privação ao direito ao bem estar da mulher.

Sen (1999) exemplifica tal fato através do fenômeno socialmente gerado de “mortalidade excessiva”. Tal acontecimento foi registrado na Ásia e na África setentrional, e diz respeito à enorme quantidade de “mulheres faltantes”, ou seja: mulheres que morreram em decorrência da parcialidade em favor do gênero masculino na distribuição de cuidados médicos e atendimentos referentes à saúde em geral. Para Sen (2008), mesmo em regiões em que a desigualdade de gênero não seja tão crítica a ponto de afetar a saúde – e até a vida, como visto – da mulher, as diferenças impostas – ou socialmente construídas – às mulheres,

tais como a capacidade de ler e escrever, evitar mutilações ao próprio corpo, de ser livre para buscar carreiras independentes ou de ocupar posições de liderança ainda afetam o funcionamento da sociedade como um todo.

3.1 RELAÇÕES ENTRE AS ESFERAS DOMÉSTICA E PROFISSIONAL NO BRASIL

A presente subseção objetiva apontar dados obtidos através de pesquisas que corroboram a ideia aqui exposta sobre desigualdade de gênero, principalmente em relação ao trabalho doméstico e ao âmbito profissional. Será visto, também, que, mesmo com a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a desigualdade – particularmente na esfera doméstica – continua presente, e com baixos índices de redução. Então se tem que a designação do trabalho profissional ao homem e o cuidado da casa e da família à mulher não é racionalmente alocada, e sim um processo de construção e adaptação da identidade do indivíduo às instituições já formadas.

Os estudos neste campo partem do tema da socialização a partir de valores de gênero como importantes determinantes na alocação de tempo no trabalho reprodutivo, mostrando que não existe um trade-off simples entre tempo gasto no mercado e tempo gasto em trabalho reprodutivo, por exemplo. Abordam a ideia de que sociedades que se desenvolvem a partir de valores tradicionais de gênero tendem a se conformar mais à ideia da divisão sexual do trabalho. Parte destes estudos trabalha a ideia de um tradicionalismo de gênero, mostrando como mulheres e homens com atitudes tradicionais dividem menos o trabalho doméstico não remunerado e como homens e mulheres com atitudes menos tradicionais dividem mais. Os “papéis” de esposa e mãe despertam grandes expectativas sociais – sobre homens e mulheres – a respeito de quem deve ser responsável pelos trabalhos domésticos (IPEA, 2012, p. 7).

Para que o objetivo desta subseção seja atingido, serão vistos gráficos que identificarão tanto a desigualdade salarial entre gêneros em diferentes circunstâncias quanto dados que apontam a quantidade de horas despendidas em serviços domésticos, também por gênero e também em diferentes circunstâncias. Os dados aqui presentes foram obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e, dessa forma, estão aplicados ao Brasil.

Constatou-se, através de uma pesquisa realizada pelo IBGE (2012), que a renda média real do trabalho masculino foi de R\$ 1.857,63 para os homens e R\$ 1.343,81 para as mulheres, em 2011. Esse mesmo estudo apontou que a desigualdade salarial sofreu uma alteração negativa entre 2003 e 2011. No primeiro ano, o rendimento médio real do trabalho das mulheres foi equivalente a 70,8%, passando a ser 72,3% em 2011.

Gráfico 1 – Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas, por sexo (em R\$ a preços de dezembro de 2011) – 2003 a 2011*



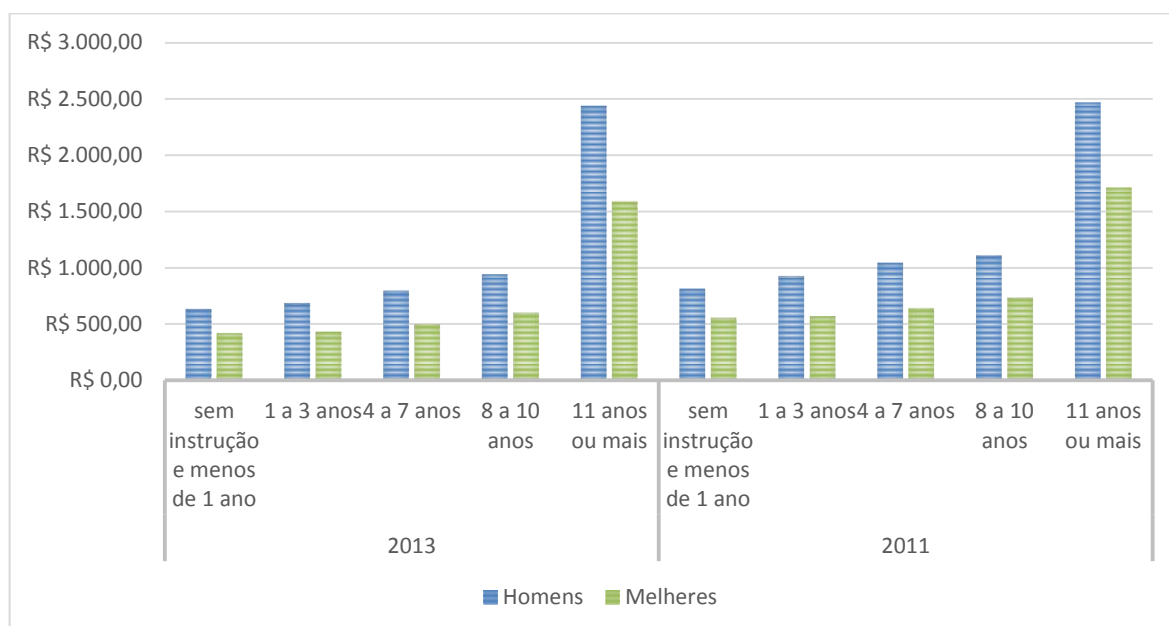
Fonte: IBGE (2012)

*Média das estimativas mensais

O gráfico 1, exposto acima, apresenta as desigualdades salariais entre os sexos feminino e masculino entre os anos de 2003 a 2011 para o Brasil. É possível analisar que há um aumento real do rendimento para ambos os sexos. Como visto no parágrafo anterior, há uma sutil tendência à diminuição da diferença entre as rendas de homens e mulheres.

É possível perceber que a desigualdade entre salários cresce na medida em que aumentam os níveis de escolaridade. Considerando o grupo que engloba trabalhadores sem instrução e com menos de um ano de estudo, a mulher recebia 66,20% do salário real masculino em 2003 e, em 2011, tal razão passou para 68,37%. Na categoria que analisa assalariados com 1 a 3 anos de escolaridade, a relação entre os salários era de 62,87% em 2003, e, em 2011, de 61,47%.

Gráfico 2 – Rendimento médio real da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo o sexo – (2003 e 2011)*



Fonte: IBGE

*Média das estimativas mensais.

Para um nível de escolaridade de 4 a 7 anos, a renda feminina era de 62,86% em relação à masculina, passando para 61,24%. Supondo uma média de 8 a 10 anos de estudo, a mulher recebia, em 2003 63,96% do salário real masculino; em 2011, essa razão passou a ser de 66,14%. E no grupo com maior escolaridade – superior a 11 anos de estudo – a mulher recebia, em média, 65,05% do salário do homem em 2003, passando para 69,15% em 2011.

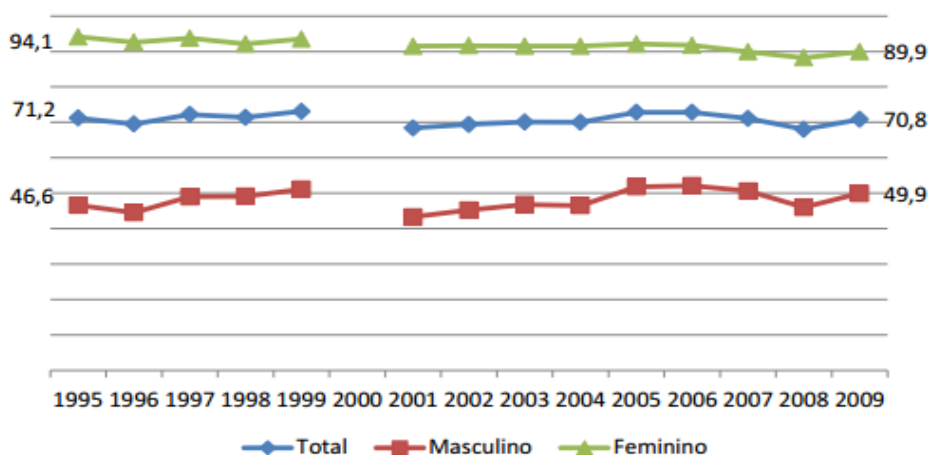
Através dos dados acima expostos, percebe-se que, para os anos de escolaridade considerados extremos – ou com, no máximo um ano, ou mais de onze –, a renda real feminina aumentou em relação à masculina. Porém tal comportamento não pôde ser observado quando o nível de escolaridade fica entre quatro a dez anos.

Como visto, a desigualdade no mercado de trabalho é evidente através, principalmente, da questão salarial, com a mulher recebendo cerca de 70% do salário do homem ao realizar a mesma função. Nogueira (2003) afirma que uma das possíveis explicações é a de que a renda da mulher é tida como complementar em relação à renda masculina. Além disso, a autora aponta que a jornada de trabalho de tempo parcial é maior entre mulheres. Isso ocorre por causa do trabalho doméstico, que é imposto como responsabilidade feminina, acarretando certa restrição à entrada da mulher na esfera profissional (NOGUEIRA, 2003).

A divisão sexual do trabalho doméstico, com gratuidade do exercício desse trabalho pelas mulheres, funda e legítima socialmente as disparidades de salários citadas acima. Assim, a divisão sexual do trabalho se situa no centro dessas desigualdades de estatuto e salário. Pode-se, além disso, ressaltar que essas desigualdades são reforçadas pela representação do trabalho masculino como sendo de valor superior ao do trabalho e das “qualidades” femininas (HIRATA E DOARÉ apud. NOGUEIRA, 2003, p. 274)

Apesar das inúmeras transformações em diferentes campos sociais – destacadamente a educação e o mercado de trabalho – a estrutura do trabalho doméstico no Brasil permanece praticamente inalterada (IPEA, 2012). Em 2009, 90% das mulheres brasileiras com 16 anos de idade ou mais declararam realizar tarefas domésticas, ao passo que apenas 50% homens afirmaram executar serviços domésticos, como mostra o gráfico abaixo. É possível notar, também, que o total de horas destinadas ao trabalho doméstico – por gênero – se manteve estável entre 1995 e 2009, sendo desconhecidas as informações referentes ao ano de 2000.

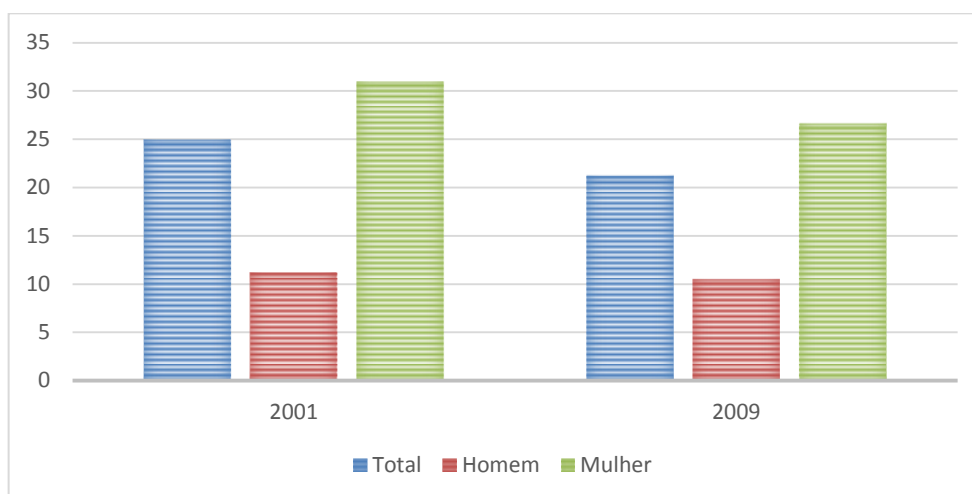
Gráfico 3 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que declara realizar afazeres domésticos, por sexo. Brasil, 1995 a 2009.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA.

Segundo o mesmo relatório do IPEA (2012), os recortes de cor e região não são significativos, à exceção dos homens do Sul, em que 61% deles afirmam realizar afazeres domésticos, valor substancialmente acima da média nacional masculina, que é de 50%. E, dentro desse contingente, o gênero feminino declarou dedicar 26,6 horas semanais, ou 3,8 horas diárias, em 2009, para o serviço doméstico. Enquanto isso, os homens responderam depender – para tarefas domésticas – 10,5 horas semanais em 2009, o que seria 1,5 horas diárias, como se vê no gráfico 4, exposto abaixo. Também é possível notar que a média geral decaiu de 2001 para 2009, isso porque tanto homens quanto mulheres declararam empregar menos horas para afazeres domésticos.

Gráfico 4 – Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pela população de 16 anos ou mais de idade, por sexo. Brasil, 2001 e 2009.



Fonte: PNAD\IBGE. Elaboração: IPEA.

Abaixo, a tabela 1 mostra a média de horas semanais trabalhadas dentro de casa, dadas algumas características da estrutura familiar ou do domicílio. Nota-se que – para o caso brasileiro no ano de 2009 – a mulher é a grande responsável pelo serviço doméstico, independente da natureza domiciliar ou familiar. Um item que deve ser destacado é o referente à quantidade de filhos. Os homens com cinco filhos ou mais despendem menos horas em trabalho doméstico do que os homens sem filhos, enquanto as horas investidas em afazeres domésticos para a mãe na mesma situação aumentam 76,63%.

Outro fator que merece ser mencionado é que, em nenhum dos casos, o homem gasta mais horas em afazeres domésticos que as mulheres na mesma situação. Aliás, a situação em que o gênero masculino mais despende horas com serviços domésticos – homens inativos dedicam 13,7 horas – está acima apenas da quantidade de horas trabalhadas por meninas de 10 a 15 anos, as quais investem 12,5 horas semanais.

Tabela 1 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos por sexo, segundo determinadas características pessoais ou dos domicílios – Brasil, 2009

Características das pessoas/ domicílios		Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	
		Homens ⁽¹⁾	Mulheres ⁽¹⁾
Total		10,5	26,6
Condição de atividade	Ativo/a	9,8	22,8
	Inativo/a	13,7	32,2
Condição de ocupação	Ocupado/a	9,5	22,0
	Desocupado/a	12,7	29,0
Renda no trabalho principal	Até 1 S.M.	10,4	25,2
	Mais de 8 S.M.	7,5	13,6
Trabalhadora doméstica morando no domicílio	Sim	7,6	20,1
	Não	10,5	26,6
Situação de pobreza ⁽²⁾	Extremamente pobres	12,2	31,7
	Não-pobres	10,2	24,1
Número de filhos	Nenhum	11,7	25,9
	5 ou mais	10,3	33,8
Ter máquina de lavar roupa	Sim	10,1	25,4
	Não	10,8	27,6
Posição na família	Chefe	11,0	26,0
	Cônjuge	10,0	30,6
Faixa etária	10 a 15 anos	7,9	12,5
	60 anos ou mais	13,1	29,3

Fonte: PNAD\IBGE 2009 em Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 4ª edição

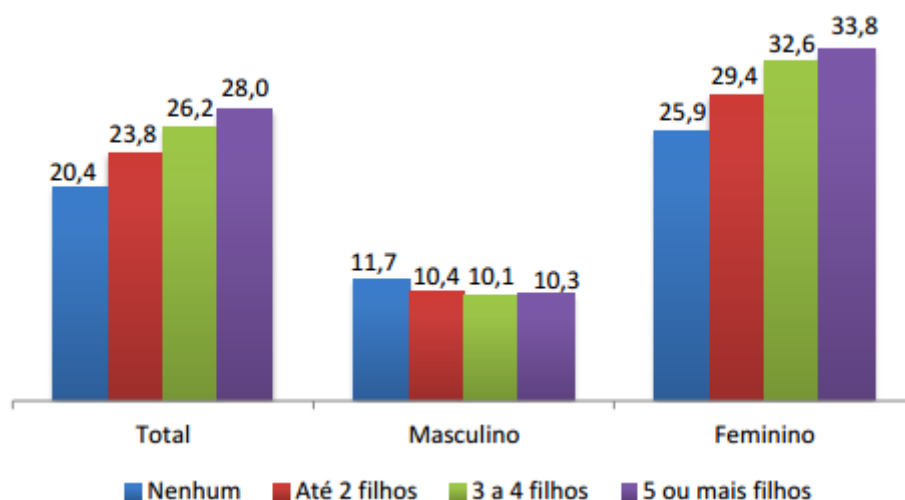
Notas: (1) Com 16 anos ou mais de idade, salvo quando indicado diferentemente.

(2) Situação de pobreza calculada com base no rendimento mensal domiciliar per capita deflacionado pelo INPC, período de referências set./2009. Extremamente pobres – renda domiciliar per capita de até R\$67; Pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 67 e menor que R\$ 134; Vulneráveis – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 134 e menor que R\$465; Não pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 465 (um salário mínimo de 2009).

A mulher que ganha mais de oito salários mínimos despende, em média, 13,6 horas semanais em trabalhos domésticos, ao passo que os homens desocupados gastam 12,7 horas semanais. Esse recorte indica que nem quando a mulher sustenta a casa, o trabalho doméstico é dividido de forma proporcional. Das categorias expostas, a mulher que menos gasta horas – 12,5 – com afazeres domésticos é a que tem de 10 a 15 anos. Essas crianças do gênero feminino ficam abaixo apenas de homens inativos, desocupados e com 60 anos ou mais.

O gráfico abaixo é importante ao ressaltar que, com o nascimento de filhos, o trabalho doméstico feminino aumenta, ao passo que o masculino apresenta queda. Através do gráfico 5 e da tabela 1, é possível notar que não apenas o nascimento de filhos, mas diversas alterações domésticas tendem a impactar de forma muito mais significativa a quantidade de horas dispendidas em serviços de casa para as mulheres.

Gráfico 5 – Número médio de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pela população de 16 anos de idade ou mais, por sexo e número de filhos. Brasil, 2009.



Fonte: PNAD\IBGE. Elaboração: IPEA

Hirata e Kergoat (2007) apontam – através de um estudo feito com mulheres do norte da França – que, dadas as novas configurações da divisão sexual do trabalho, as mulheres vêm trabalhando cada vez mais e mais frequentemente, bem como investindo em suas carreiras. Com isso, elas acabam sem tempo para o trabalho doméstico, o externalizam e recorrem à massa de mulheres que vivem em situação precária. Essa externalização do trabalho doméstico – que está fortemente relacionada com o bem-estar e a pacificidade nos casamentos burgueses – acaba aprofundando a questão da desigualdade de gênero, porque nega e mascara a mesma.

Para o caso brasileiro, os autores Rego e Pinzani (2013) apontam que o programa do governo “Bolsa Família” tem papel essencial na humanização de indivíduos – especialmente mulheres – pobres, contribuindo, assim, para a desigualdade de gênero, financeira e social. O programa consiste em uma transferência de renda do estado a famílias carentes, sendo as mulheres as beneficiárias. Dada a regularidade do mesmo,

(...) elas percebem a diferença de serem reconhecidas pelo Estado das mais diferentes formas. Primeiro, a aprovação do cartão em seu nome dota-as de responsabilidade perante sua família e o Estado. Segundo, sentem que a vida se torna diversa com o recebimento de uma renda regular – de modo geral, elas desconheciam a experiência da regularidade. Isto traz para suas vidas várias modificações, inclusive aquela de aprender a lidar com o dinheiro para programar o sustento da família durante o mês inteiro (REGO E PINZANI, 2013, p. 29).

A estrutura de dominação sobre a mulher em regiões pobres do país é ainda mais rígida e arcaica do que a realidade exposta através do presente estudo. E, com o Bolsa Família, a mulher conquista uma independência perante a família, o homem e a sociedade. Então há a libertação de mulheres historicamente reprimidas – não apenas devido ao gênero, mas também pela condição social – e isso demonstra, mais uma vez, que as identidades de gênero, os estereótipos e as opressões são socialmente construídas e, assim, passíveis de mudança.

Assim, dados os parágrafos anteriores, percebe-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho não foi suficiente para houvesse a redistribuição das tarefas domésticas entre os membros da família. O trabalho doméstico continuou – e continua ainda – sendo delegado quase que exclusivamente à mulher, independente da sua renda, das horas trabalhadas fora de casa ou de outros recortes feitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto, ao decorrer do trabalho, que os estudos referentes à desigualdade entre homens e mulheres, principalmente dentro da economia feminista, é relativamente recente na ciência econômica. Assim, não apenas os resultados – no sentido de mudanças, da diminuição da opressão – são poucos, mas também o impacto causado pela constante incapacitação construída em torno da mulher na evolução da sociedade e da economia ao longo da história.

Então, partindo desse princípio, é necessário ressaltar o papel da economia social. Nesse trabalho, as funções primordiais da economia social foram de mostrar como a economia *mainstream* falha em representar não apenas o gênero feminino, tema da presente monografia, mas também diversos grupos que, historicamente, são oprimidos. Então a economia social tem papel de promover estudos sobre indivíduos não representados pelo *homo economicus* – que, como visto, representa muito mais o homem branco dono de meios de produção do que o resto da sociedade.

Outra lacuna preenchida pela economia social e explorada nesse trabalho é o fato do agente econômico ser influenciado pela sociedade, as diversas instituições que a compõem, a emoção e diversos outros aspectos que atuam em conjunto com a racionalidade na tomada de decisão do indivíduo. Um exemplo de instituição social que tem papel essencial nas decisões individuais é a construção das identidades de gênero. Nos capítulos anteriores, foi dissertado que através das identidades de gênero, a mulher internaliza a própria opressão da qual é vítima – como é o caso das mulheres que criticam outras mulheres que não querem ser mãe, colocando a maternidade como algo natural e que deveria ser desejado por todas. É necessário ressaltar que, devido às identidades de gênero, a mulher tem um papel historicamente inferiorizado. Isso é prejudicial para a sociedade porque, limitando e atrofiando todo um grupo social, todos os benefícios que seriam ganhos com a participação efetiva desses mesmos grupos, passam a inexistir. Por exemplo: no desenvolvimento histórico da sociedade, foram poucas as pensadoras mulheres porque, como se sabe, o estudo era restrito para o gênero feminino. A perda histórica referente às conquistas e descobertas que poderiam ter sido feitas é imensurável.

A seção que trata sobre a construção e institucionalização das identidades de gênero é fundamental para entender que a opressão sofrida pela mulher é socialmente construída e, assim, está sujeita a mudanças. Contudo, como é uma construção já sólida e institucionalizada na sociedade, a mudança ocorre com grandes esforços. Então, o debate a respeito da

institucionalização da opressão feminina surge com o objetivo de se erradicar a mesma, e esse estudo busca colaborar nesse sentido.

Dito isso, dois grandes aspectos fortemente influenciados pela identidade de gênero são o trabalho doméstico – com ênfase no *care* – e o trabalho remunerado. Foram escolhidas essas áreas para serem aqui estudadas devido ao grande impacto que elas exercem sobre a economia como um todo. O *care* é base da sociedade, é sobre ele que se construiu a sociedade como conhecemos. E o serviço remunerado representa parte considerável das relações sociais da sociedade capitalista. O primeiro é historicamente relegado às mulheres, que assumem diversos papéis nesse sentido: empregada doméstica, cozinheira, psicóloga, enfermeira, babá e muitos outros. E, no que tange à esfera profissional – tida como responsabilidade masculina – a desigualdade é mais evidente na questão salarial, como visto. A junção dessas desigualdades expõe um fardo sobre a mulher, que acaba dispendendo muito mais horas, como visto, com o trabalho, enquanto o trabalho masculino continua a ser mais valorizado.

Políticas públicas podem atenuar essa desigualdade, como foi o caso do Bolsa Família. Ao transferir uma renda regular para as mulheres, permite uma libertação delas perante a sociedade patriarcal e a própria família. A alocação do tempo da mulher entre lazer, serviço doméstico e profissional passa a ser decidido por ela, aumentando a liberdade do agir feminino.

Então, o processo de construção social das identidades de gênero teve início através do instinto de divisão do mundo em feminino e masculino. A partir disso, se criou um hábito da associação do masculino forte e viril com as características dadas ao homem e do feminino com as características tidas como da mulher delicada e sutil – dentre as quais se encontram o *care* e o trabalho doméstico.

A economia social tem papel fundamental no estudo da construção e do processo de institucionalização das identidades de gêneros, no qual está inserido o *care* e o trabalho doméstico por permitir o estudo conjunto da sociedade e da economia, o que não é possível na economia *mainstream*. É importante que a sociedade seja incluída no estudo das decisões econômicas porque estas são socialmente influenciadas, como foi mostrado aqui. Então, o papel primordial da economia social nesse estudo é que esta permitiu o desenvolvimento do mesmo, visto que a instituição das identidades de gênero e as desigualdades dela provenientes não estão incluídas no *homo economicus* – racional e não afetado pela sociedade – e, assim, não são trabalhadas pela economia *mainstream*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos** (Vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENERÍA, L. **Accounting for Women's Work: The Progress of Two Decades.** *World Development*, Vol. 20, No. 1 I. pp. 1547-1560. 1992.

BRAUNSTEIN, E.; VAN STAVEREN, I.; TAVANI, D. **Embedding Care And Unpaid Work In Macroeconomic Modeling: A Structuralist Approach.** *Feminist Economics*. 2011, vol. 17, n. 4. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13545701.2011.602354?journalCode=rfec20>>

BÖGENHOLD, D.; MICHAELIDES, P. G.; PAPAGEORGIOU, T. **Schumpeter, Veblen and Bourdieu on Institutions and the Formation of Habits.** *Munich Personal RePEc Archive*, outubro de 2016, nº 74585. Disponível em: <<https://mpra.ub.uni-muenchen.de/74585/>>

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 13. ed. Rio de Janeiro: 2015.

CAEIRO, J. M. C. **Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia.** *Rev. katálysis* [online]. 2008, vol.11, n.1, p. 61-72. ISSN 1982-0259. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006>.

CARNOY, M. **La familia, el trabajo flexible y los riesgos que corre la cohesión social.** *Revista Internacional del Trabajo*, Ginebra, OIT, v. 118, n. 4, p. 461-481, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação.** In: CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade.* São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 373-392, set-dez/2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v18n3/1415-9848-rec-18-03-00373.pdf>>

CAVALIERI, M. A. R. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 43-76, abr. 2013.

CONCEIÇÃO, D. N. da. **Nota Introdutória.** *Rev. Oikos*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 181-204, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/15/11>>

FOLBRE, N.; NELSON, J. For Love or Money – Or Both? **American Economic Association**, vol. 14, nº. 4. p. 123-140, 2000.

FOLBRE, Nancy. **Who Pays For The Kids?** Gender and the Structures of Constraint. Routledge, 1ª edição. 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais.** *Rev. Bahia Análise e Dados*. Junho de 2002, vol. 12, n. 1, p. 9-19. ISSN 0103 8117. Disponível em: <<https://intranet.dcc.ufba.br/pastas/ondadigital/backupAnexoSite/incluiSim/EconomiaSolidaria-FronteirasConceituais.pdf>>

GELINSKI, C. R. O.; PEREIRA, R. S. **Mulher e trabalho não remunerado.** *Rev. Mulher e Trabalho*. v. 5, ISSN 1519-8820, 2005. Disponível em <<http://revistas.fee.tcche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2714>>

GRANOVETTER, M. **Economic Action ans Social Structure: The Problem of Embeddedness.** *American Journal of Sociology*, vol. 91, nº 3. p. 481-510, 1985. Disponível em <https://www2.bc.edu/~jonescq/mb851/Feb26/Granovetter_AJS_1985.pdf>.

GUIRALDELLI, R. **Presença feminina no mundo do trabalho: História e Atualidade.** In: *Revista da Rede de Estudos do Trabalho – Ano 1 nº 1*. 2007.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniéle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37 n. 132, p. 595-609, set/dez 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf>

MARTINS, C. G.; LUZ, N. S.; CARVALHO, M. G. **Relações de gênero no trabalho doméstico.** *Fazendo Gênero 9 Diáspora, Diversidades, Deslocamentos*. UFSC. Ago. 2010.

MOURA, A. C.; BRITES, M. ZUCCO, V. MARIN, S. R. **Instintos e hábitos de pensamento como fatores de desenvolvimento: releitura a partir de Thorstein Veblen.** *Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense: IX Encontro de Economia Catarinense*. Mai. 2015. Disponível em <http://www.apec.unesc.net/IX_EEC/sesoes_tematicas/%C3%81rea%20tem%C3%A1tica%2010%20-Temas%20Especiais/3%20INSTINTOS%20E%20H%C3%81BITOS.pdf>

NELSON, J. **Feminism and Economics.** *Journal of Economic Perspectives*, vol. 9 nº 2. p. 131-148, 1995.

NELSON, J. **Feminist Economics.** 2005. In. *The New Palgrave Dictionary of Economics* Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEWjpozTuevNAhUBFpAKHRcFC68QFggkMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ase.tufts.edu%2Fgdae%2Fabout_us%2Fcv%2Fnelson_papers%2FFeminist_economics_Palgrave.doc&usq=AFQjCNGq_UG6aCJ5JDVZeCUyOtDKmMhM0g&sig2=IY a4PMeaIMO8diwX_Xm6w>

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização.

OBESP, Observatório da Economia Social em Portugal. **A Economia Social:** Conceito Proposto pela OBESP. Disponível em: <http://www.cases.pt/wp-content/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf>

PENTEADO, P. A. **Construção social da maternidade.** Associação de Terapia de Família do Rio de Janeiro. [2010?]. Disponível em: <http://atfrj.org.br/artigos/constru%C3%A7ao%20social%20da%20maternidade_REVISADO.pdf>

PEREIRINHA, J. **Economia Social e Estado-Providência.** *Intervenção Social*, vol. 27 p. 233-240, 2003.

QIZILBASH, M. Identity, reason and choice. *Economics and Philosophy*, vol. 30, p. 11-33, 2014. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=9186645&jid=EAP&volumeId=30&issueId=01&aid=9186642>>

REGO, W. D. L. PINZANI, A. Liberdade, Dinheiro e Autonomia: O caso da Bolsa Família. **Política & Trabalho.** pp. 21-42. Abr. 2013.

SAMPAIO, J.; SANTOS, M. F. S.; SILVA, M. R. F. da. **A representação social da maternidade de crianças em idade escolar.** *Rev. Psicologia: ciência e profissão*, v. 28, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100013>

SEN, A. **Development as Freedom.** 1 ed. Nova Iorque: Anchor Books. 1999.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, C. B. de C. e.; SCHNEIDER, S. **Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade.** In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) *Gênero e Geração em Contextos Rurais.* Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/castilho-e-silva-carolina-braz-e-schneider-sergio-genero-trabalho-rural-e-pluriatividade-in-scott-parry-cordeiro-rosineide-e-menezes-marilda-org-genero-e-geracao-em-contextos-rurais-florianopolis-sc-ed-mulheres-2010-pg-183-207>>

SIKOSKA, T. **Measurement and valuation of unpaid household production:** a methodological contribution. In: GUTIERREZ, Martha (Ed.). *Macroeconomics: making gender matter.* (S. l.: s. n.), 2003. p. 122-146

SILVA, V. L. da. **Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen.** In. *Rev. Política e Sociedade.* Vol. 9, nº 17, Outubro de 2010. p. 289-323.

VAN STAVEREN, I. **The Values of Economics an Aristotelian Perspective.,** 1. ed. Londres: Routledge, 2001.

VAN STAVEREN, I.; GASPER, D. **Development as Freedom – Contributions and Shortcomings of Amartya Sen’s Development Philosophy for Feminist Economics.** *Feminist Economics*, vol. 9 p. 137-161, 2002.

VAN STAVEREN. **A Conceptualisation Of Social Capital In Economics:** Commitment And Spill-Over Effects. *ISS Working Papers - General Series*, vol. 324 p. 1-27, 2000.

VEBLEN, T. **The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts.** New Brunswick: Transaction Publishers. 1989.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1899].

WARING, Marilyn. **Counting for Nothing:** What Men Value and What Women Are Worth. 1 ed. Nova Zelândia: Allen & Unwin/Port Nicholson, 1988.

ZELIZER, V. **A economia do care.** *Civitas*, vol. 10 p. 376-391, 2010.